

IMPRESSO OU DIGITAL? REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE DEPÓSITO LEGAL DE TESES E DISSERTAÇÕES NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

PRINTED OR DIGITAL? REFLECTIONS ON THE POLICIES OF LEGAL DEPOSIT OF THESIS AND DISSERTATIONS IN BRAZILIAN UNIVERSITIES

Bruna Carla Muniz Cajé
Simone da Rocha Weitzel

Resumo: Trata do estudo de caso único da área “Letras/Linguística”. O objetivo geral da pesquisa é analisar as práticas de depósito legal nos acervos de teses e dissertações nas universidades brasileiras, a fim de identificar ações de controle bibliográfico das coleções das teses e dissertações das universidades brasileiras e identificar subsídios que evidenciem a necessidade de elaboração de uma política nacional de depósito de teses e dissertações considerando tanto o acervo impresso como o digital. Apresenta o histórico da institucionalização da universidade no Brasil e a criação dos cursos de pós-graduação, para contextualizar o ambiente em que a produção acadêmica ocorre. Aborda as iniciativas de controle bibliográfico da produção acadêmica desde a institucionalização dos cursos de pós-graduação no Brasil. Foi realizada pesquisa documental, apresentando e analisando a legislação brasileira que aborda a divulgação, acesso, preservação e salvaguarda das teses e dissertações. Os Programas de Pós-Graduação da área de Letras/Linguística no país e as respectivas bibliotecas universitárias também foram objeto de análise e foram levantadas as práticas de depósito legal por meio de questionários.

Palavras-chave: Teses e Dissertações. Bibliotecas Universitárias. Depósito Legal. Controle Bibliográfico.

Abstract: This is a single case study of Letters/Linguistic area. The objective of the research is to analyze the practices of legal deposit in the collections of thesis and dissertation in Brazilian universities, to identify the bibliographic control actions in thesis and dissertations collections in Brazilian universities and to identify subsidies that highlight the need for developing a national policy on deposit theses and dissertations considering both the printed and digital library, considering both the printed and digital collections. Presents the history of the institutionalization of the university in Brazil and the creation of graduate courses, to contextualize the academic environment in which production takes place. Approaches the initiatives of bibliographic control of academic production, developed from the institutionalization of graduate courses. Documentary research was carried out, presenting and analyzing the Brazilian legislation that addresses the disclosure, access, preservation and safeguarding of theses and dissertations. Graduate Programs of the area of Letter/Linguistics in the country and their university libraries were also analyzed and were raised legal deposit practices through questionnaires.

Keywords: Thesis and Dissertations. Universities Libraries. Legal Deposit. Bibliographic Control.

1 INTRODUÇÃO

A proposta para criação dos primeiros cursos de pós-graduação no Brasil, seguindo o modelo dos cursos de pós-graduação europeu, surgiu em 1931 com o Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído pelo Decreto nº 19.815/31. Entretanto, a pós-graduação só começou a ser implementada em 1951 com a criação da Campanha de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Decreto nº 29.741/51. A institucionalização da pós-graduação ocorreu em 1965, em virtude do Parecer nº 977/65, que a definiu e caracterizou. Na década de 1970, iniciou-se a elaboração dos Planos Nacionais de Pós-graduação (BRASIL, 1975-1977; 1982-1985; 1986-1989; 2005-2010; 2011-2020), que passaram a estabelecer metas e ações para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação, bem como, iniciaram a realização de diagnósticos dos mesmos.

Apesar das primeiras iniciativas para implementação da pós-graduação no Brasil terem ocorrido na década de 1950, até 1965, quando a pós-graduação foi instituída, praticamente não existia preocupação com o controle bibliográfico das teses e dissertações, dificultando o acesso às mesmas. Após a regulamentação dos cursos de pós-graduação, em meados da década de 1960, começou a surgir, de forma restrita, iniciativas para o controle bibliográfico das teses e dissertações, a partir de tentativas isoladas de catálogos e bibliografias que as relacionavam (CAMPELLO; CALDEIRA, 1977).

Como alternativa para garantir o controle bibliográfico das teses e dissertações, no início da década de 1970, a Biblioteca Nacional passou a ser responsável pelo seu depósito legal. A medida deixou de ser empregada em meados da década de 1990, quando foi deliberado, durante o VIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), que as instituições de ensino superior passariam a ser responsáveis pela guarda da produção de teses e dissertações. Em 2004, com promulgação da lei nº 10.994, a nova lei do Depósito Legal, essa decisão foi confirmada, posto que a lei determina que somente materiais impressos para distribuição ou venda são captados pelo depósito legal.

Como produto dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, são originadas as teses e dissertações. As teses e dissertações enquanto registros de experimentos científicos são um testemunho escrito, produto de um indivíduo, criados com um objetivo específico, ou seja, para referendar e conseqüentemente garantir a entrada de um indivíduo como membro em uma determinada “comunidade científica” após a aprovação por seus pares e visam capacitar professores para o ensino superior, além de formar pesquisadores e/ou profissionais de alta qualidade em vários níveis. Portanto, são documentos que fundamentam o fato histórico – científico, e por não contarem com um sistema de publicação comercial são consideradas como um tipo de literatura cinzenta ou não convencional (CAMPELLO, 2000; ALMEIDA, 2000).

O conhecimento produzido como resultado final das pesquisas desenvolvidas retrata como os futuros pesquisadores estão sendo formados e conduzidos na elaboração de seus

trabalhos, base pela qual será construída a sua trajetória profissional, espelhando a responsabilidade com a formação do futuro docente/ou pesquisador.

Embora as primeiras iniciativas para controle e divulgação das teses e dissertações, ainda que limitadas, tenham surgido no final da década de 1960, faltava, contudo, uma regulamentação desse processo. Quanto a isto, destaca-se a Portaria da CAPES nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, que institui a obrigatoriedade de divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação nacionais, como um dos requisitos para sua avaliação (BRASIL, 2006).

A divulgação das teses e dissertações é absolutamente indispensável, pois através delas, é possível acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos programas de pós-graduação, bem como verificar os rumos da ciência, tecnologia e inovação. Portanto, constitui o núcleo de produção científica que alimenta o sistema educacional e de pesquisa, fornecendo indicadores para gestão das políticas, avaliação dos programas, melhor investimento das agências de fomento, estudos de comunicação científica, entre outros.

No entanto, a Portaria não aborda a salvaguarda e preservação das teses e dissertações, ainda que determine que uma cópia impressa seja entregue, juntamente com um arquivo digital das teses e dissertações, não esclarecendo o destino das mesmas. Quanto a isto, destaca-se a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, aprovada pela Portaria nº 092/2011, de 23 de setembro de 2011, que determina que as teses e dissertações são documentos de guarda permanente (BRASIL, 2011).

Evidencia-se que, embora, a divulgação, acesso e guarda das teses e dissertações sejam determinadas pela Portaria nº13, da CAPES, e pela Tabela de Temporalidade, faltam, no entanto, diretrizes, políticas e/ou normas que regulamentem tais processos. Somando-se a isso, embora em 1994, no VIII SNBU, tenha sido deliberado que as universidades passariam a ser responsáveis pela guarda das teses e dissertações nelas produzidas, carece, contudo, de diretrizes que oriente e padronize essa decisão. Percebe-se, portanto, que as universidades brasileiras enfrentam problemas na sistematização da preservação e acesso às teses e dissertações ocasionados pela falta de políticas nacionais que normalizem tais processos.

Estudar esses registros científicos é a melhor forma de identificar as ações para preservá-los, observar as características deste tipo de documento, permitirá uma visão mais abrangente e não limitada das práticas que podem ser implementadas para acessar as informações nelas contidas. Neste momento se colocam as seguintes questões:

As práticas e/ou políticas internas das universidades brasileiras para depósito legal de teses e dissertações contribuem para a sistematização e acesso dessas coleções no país de forma permanente?

Como se realiza o depósito legal e o provimento do acesso aos conteúdos das teses e dissertações nas universidades brasileiras?

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar as práticas de depósito legal nos acervos de teses e dissertações nas universidades brasileiras, através do estudo de caso da área Letras/Linguística a fim de identificar subsídios que evidenciem a necessidade de elaboração de uma política nacional de depósito de teses e dissertações considerando tanto o acervo impresso como o digital.

Os objetivos específicos são:

- Analisar as leis, portarias e projetos de leis que tratam ou abordam a divulgação e acesso, bem como, a preservação e salvaguarda das teses e dissertações nas instituições de ensino superior brasileiras,
- Identificar e analisar as práticas mais comuns de depósito de teses e dissertações nesses acervos sob a ótica das bibliotecas universitárias e dos programas de pós-graduação no Brasil por meio do estudo de caso das áreas de Letras e Linguística;
- Identificar e analisar as práticas mais comuns de acesso aos conteúdos das teses e dissertações implementadas pelas bibliotecas universitárias e dos programas de pós-graduação no Brasil por meio do estudo de caso das áreas de Letras e Linguística;
- Identificar e analisar as práticas mais comuns de armazenagem dos acervos impressos e digitais de teses e dissertações;
- Identificar e analisar as práticas mais comuns de preservação dos acervos físicos e digitais de teses e dissertações;
- Identificar o *modus operandi* do fluxo de depósito e guarda/preservação das teses e dissertações nas universidades brasileiras.

2 PESQUISA DE CAMPO

A estratégia metodológica escolhida para a realização dessa pesquisa foi o estudo de caso. “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, [...]” (YIN, 2010, p.39). Para Yin (2010, p. 25), “o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham características holísticas e significativas dos eventos da vida real”.

Para Martins (2008, p.xi), o estudo de caso constitui-se uma avaliação qualitativa, que tem por objetivo a descrição e interpretação dos fatos e fenômenos sociais em oposição à avaliação quantitativa que objetiva a medição, pois “trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto”.

Segundo Yin (2010), três condições devem ser consideradas antes da decisão da utilização do estudo de caso como estratégia de pesquisa, são elas: o tipo de questão de pesquisa proposta, os estudos de caso normalmente visam responder questões do tipo “como” e “porque”; a dimensão do controle que o pesquisador tem sobre os acontecimentos comportamentais concretos, nessa estratégia o investigador não tem controle sobre os eventos e variáveis; e o grau de enfoque nos fenômenos contemporâneos.

De acordo com Calazans (2007, p.45), “um caso pode ser um objeto ou processo, teórico, empírico ou ambos. No mínimo é um fenômeno específico no tempo e espaço”. Para a utilização da estratégia do estudo de caso deve-se selecionar a unidade de análise. Os estudos de caso podem ser únicos ou múltiplos, dependendo da quantidade de unidades de análise.

Os estudos de casos múltiplos são utilizados em mais de uma unidade de análise e utilizam a lógica da replicação e não da amostragem, onde cada caso deve ser selecionado para: prognosticar resultados análogos, replicação literal; fornecer resultados contrastantes por causas previsíveis, replicação teórica (CALAZANS, 2007).

Yin (2010, p.71-72) aponta cinco justificativas para a utilização do estudo de caso único:

- “quando representa o caso crítico no teste de uma teoria bem-formulada”;
- quando o caso é raro ou peculiar;
- quando o caso é representativo ou típico, “[...], o objetivo é captar as circunstâncias e as condições de uma situação diária ou de um lugar-comum”;
- quando o caso é revelador, “[...] quando um investigador tem a oportunidade de observar e analisar um fenômeno previamente inacessível à investigação da ciência social”;
- quando o caso é longitudinal, ou seja, “o estudo de um mesmo caso único em dois ou mais pontos diferentes do tempo”.

Nessa pesquisa, foi realizado o estudo de caso único da área “Letras / Linguística”, considerado como caso representativo. Esta área divide-se em duas subáreas de avaliação, são elas: Letras e Linguística. Cabe destacar que a área “Letras/Linguística” representa 4,05% do total dos cursos de pós-graduação existentes no país. A área “Letras/Linguística” foi escolhida para o desenvolvimento da pesquisa, em função da sua subordinação às ciências humanas, área pouco estudada no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Segundo Line (2000) as ciências humanas e sociais contam com serviços de informação deficientes, ocasionados pela falta de terminologia especializada e pela falta de organização da área, o que dificulta a localização e identificação da produção científica. Guédon (2010) complementa, apontando que as ciências sociais e humanas contam com particularidades que as diferem das ciências exatas, e dessa forma devem ser analisadas de acordo com termos específicos. De acordo com Guédon (2010, p. 23)

Editar uma publicação monográfica (livro, dissertação, teses, etc.) é o ápice para um professor de ciências humanas e sociais (CHS). Nas ciências da vida (CV) e nas engenharias, nas ciências exatas e da terra (Ecet), por sua vez, os artigos científicos dominam em detrimento dos livros, que desempenham papel secundário, [...].

Para a realização do estudo de caso foram utilizadas duas técnicas para coleta de dados: a pesquisa documental, levantamento de documentos contemporâneos e/ou retrospectivos, considerados cientificamente legítimos; e o questionário, técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito que objetivam complementar os dados recolhidos a partir da pesquisa documental que foram aplicados junto aos Programas de Pós-Graduação e bibliotecas.

2.1.1 Pesquisa documental

A pesquisa documental foi realizada a partir do levantamento de legislação que tratam ou abordam a divulgação e acesso, bem como, a preservação e salvaguarda das teses e dissertações das instituições de ensino superior brasileiras. Os documentos encontrados através da pesquisa documental são os seguintes: Portaria nº13, da CAPES; a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior; Projeto de lei nº1.120/2007; e, projeto de lei do Senado nº387/2011.

A primeira lei a tratar do assunto foi a Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, que instituiu a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos, da CAPES. Essa portaria foi desenvolvida levando em consideração as manifestações do Conselho Técnico-Científico em 2005, “indicando que a

produção científica discente é um relevante indicador da qualidade dos programas de mestrado e doutorado, não aferível apenas através da publicação seletiva nos periódicos especializados [...]” (BRASIL, 2006).

Art. 1º Para fins do acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento, os programas de mestrado e doutorado deverão instalar e manter, até 31 de dezembro de 2006, arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da Internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso.

§1º Os programas de pós-graduação exigirão dos pós-graduandos, a entrega de teses e dissertações em formato eletrônico, simultânea à apresentação em papel, para atender ao disposto neste artigo.

§2º Os arquivos digitais disponibilizarão obrigatoriamente as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006.

§3º A publicidade objeto deste artigo poderá ser assegurada mediante publicação através de sítio digital indicado pela CAPES, quando o programa não dispuser de sítio próprio (BRASIL, 2006, grifo nosso).

O artigo 1º da portaria determina um prazo até 31 de dezembro de 2006 aos programas de mestrado e doutorado para instalação e manutenção de arquivos digitais acessíveis ao público através da internet que permitissem a divulgação das teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006. Determina, ainda, que os programas de pós-graduação passem a exigir de seus alunos a entrega das teses e dissertações em formato eletrônico, bem como, a cópia impressa. Esse artigo determina, também, que caso o programa não disponha de sítio próprio, a divulgação das teses e dissertações poderá ser realizada através de publicação em sítio digital indicado pela CAPES. É importante destacar que a Portaria determina que seja entregue uma cópia impressa das teses e dissertações, sem definir, no entanto, o local onde as mesmas devem ser recebidas e armazenadas.

O artigo 2º trata da avaliação dos programas de pós-graduação e ordena que a ausência de depósito de alguma obra deve ser justificada, quando do envio de relatórios para avaliação e acompanhamento do programa, desde que a mesma seja “motivada pela proteção de sigilo industrial ou ético” (BRASIL, 2006).

O artigo 3º aborda o acesso às teses e dissertações, e regulamenta que, para fins de avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação, “serão ponderados o volume e a qualidade das teses e dissertações publicadas, além de dados confiáveis sobre a acessibilidade e possibilidade de *download*” (BRASIL, 2006).

No artigo 4º está disposto que uma lista dos arquivos, ordenada por área do conhecimento, será divulgada pela CAPES em seu sítio digital (BRASIL, 2006). A CAPES possui, em seu site, como um de seus serviços o Banco de Teses, parte do Portal de Periódicos da CAPES/MEC, que objetiva simplificar o acesso a teses e dissertações defendidas nos

programas de pós-graduação brasileiros. O Banco de Teses disponibiliza ferramenta de busca, que permite pesquisa por título, autor ou palavra-chave, e consulta a resumos de teses e dissertações defendidas a partir de 1987.

O artigo 5º discorre sobre a obrigatoriedade da divulgação de teses e dissertações, determinando que trabalhos financiados com verba pública, sejam através de bolsas de estudo ou por auxílios concedidos ao Programa, torna obrigatório ao mestre ou doutor a apresentação dos mesmos aos membros da sociedade que proporcionou sua realização. No entanto, a Portaria não apresenta como deve ser realizada a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso.

Vale ressaltar que a Portaria nº 13 aborda a divulgação e o acesso às teses e dissertações, entretanto, não trata da preservação e salvaguarda das mesmas, pressupostos para acesso ao material.

Em relação ao destino e preservação das teses e dissertações impressas, destaca-se a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, que institui os prazos de guarda dos documentos produzidos pelas IFES, aprovada pela Portaria nº 092/2011, de 23 de setembro de 2011, a qual determina que as teses e dissertações são documentos de guarda permanente, e portanto, não devem ser descartados.

Ainda sobre a divulgação e acesso às informações e conhecimentos produzidos nas instituições de ensino superior, assim como as teses e dissertações, destaca-se o projeto de lei nº 1120/2007³¹, que dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências. Esse projeto de lei obriga que as instituições públicas de ensino superior construam repositórios institucionais para depósito da produção técnico-científica do corpo discente e docente. Esse projeto de lei foi arquivado em 2011 e o autor, Rodrigo Rollemberg, apresentou novo projeto de lei agora no Senado PLS nº 387/2011³², com alguns ajustes e inclusões de parágrafos ao texto original de 2007, mas sem os problemas identificados pela Comissão Técnica. Atualmente, o projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando a designação do relator (BRASIL, 2007, 2011).

³¹ O projeto lei pode ser acessado na íntegra em:
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf>

³² O PLS está disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=93151&tp=1>

QUADRO 1: Legislação sobre teses e dissertações

	Portaria nº13, CAPES	Tabela de Temporalidade	Projeto de lei nº1120	Projeto de lei nº387
Ano de elaboração	2006	2011	2007	2011
Principais determinações	Divulgação digital de teses e dissertações; entrega obrigatória em formato eletrônico e impresso das teses e dissertações; justificativa em caso de ausência de depósito; obrigatoriedade de depósito de trabalhos financiados com verba pública	Teses e dissertações são documentos de guarda permanente	Construção de RI nas IES para depósito da produção técnico-científica dos docentes e discentes	Construção de RI nas IES para depósito da produção técnico-científica dos docentes e discentes

Fonte: O autor (2014)

2.1.2 Questionário

Após a escolha do estudo de caso, a área Letras/Linguística, foram elaborados dois questionários, um destinado aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e outro às bibliotecas universitárias. Os questionários foram desenvolvidos a fim de investigar e responder às questões relacionadas aos objetivos específicos dessa pesquisa. O questionário destinado aos programas de pós-graduação *stricto sensu* é composto de 20 questões. O questionário destinado às bibliotecas universitárias é composto de 23 questões. Ambos os questionários são compostos de questões fechadas, dicotômicas, com duas opções de resposta, e múltipla escolha, e de questões abertas, com informações claras e precisas sobre as questões, que conduziram o informante a respondê-las livremente.

Os questionários foram enviados através de e-mail, para isso foi realizado um levantamento dos e-mails dos programas de pós-graduação e das bibliotecas, nos sites dos programas de pós-graduação, nos sites das universidades e nos sites das bibliotecas.

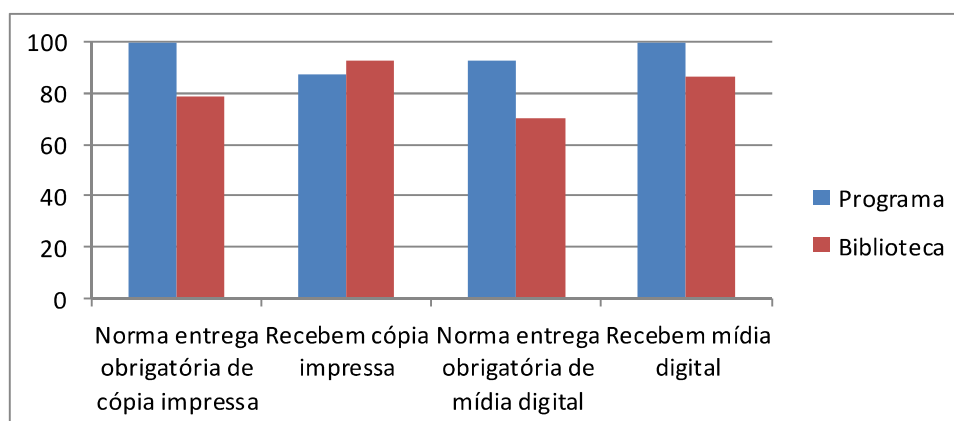
Os questionários foram enviados para o universo de 142 programas de mestrado e/ou doutorado. Destes, 15 responderam, representando um total de 10,6% dos programas de pós-graduação selecionados para a pesquisa. Da mesma forma, também foram enviados questionários para 142 bibliotecas universitárias, 30 responderam, o que representa 21,1% do total de bibliotecas selecionadas para a pesquisa.

3 RESULTADOS

Sobre a existência de norma institucional que regulamente a entrega obrigatória de teses e dissertações, 100% das respostas dos programas e 78,6% das bibliotecas informaram existir norma que regulamente a entrega obrigatória de teses e dissertações impressas, e 93% das respostas dos programas e 70,5% das bibliotecas informou a existência de norma que regulamente a entrega obrigatória de mídia digital das teses e dissertações.

Quanto ao recebimento das teses e dissertações, 100% das respostas dos programas recebem mídia digital das teses e dissertações e 86,7% das bibliotecas recebem mídia digital, 87 % dos programas e 93 % das bibliotecas recebem cópia impressa das teses e dissertações. Em relação à quantidade de cópias recebidas, 14,3% das bibliotecas recebem 02 exemplares das teses e dissertações, 75% recebe 01 exemplar, 10,7% não especificaram a quantidade de teses e dissertações recebidas pelas bibliotecas. Nenhuma biblioteca informou a quantidade de mídias digitais das teses e dissertações recebidas. Portanto, as bibliotecas recebem, em média, 01 exemplar das teses e dissertações. Apenas 6 programas (40%) responderam a pergunta referente a quantidade de exemplares recebidas, 2 (13,3%) programas informaram que recebem 2 cópias impressas das teses e dissertações, 1 (6,7%) alegou não saber a quantidade de exemplares recebidas, 1 (6,7%) respondeu que recebe 1 mídia digital das teses e dissertações, 1 (6,7%) informou receber 3 exemplares impressos e 2 mídias digitais e 1 (6,7%) alegou receber 4 cópias impressas e 1 mídia digital. Portanto, os programas recebem, em média, 1,8 exemplares impressos e 0,7 mídias digitais das teses e dissertações.

GRÁFICO 1: Depósito legal das teses e dissertações

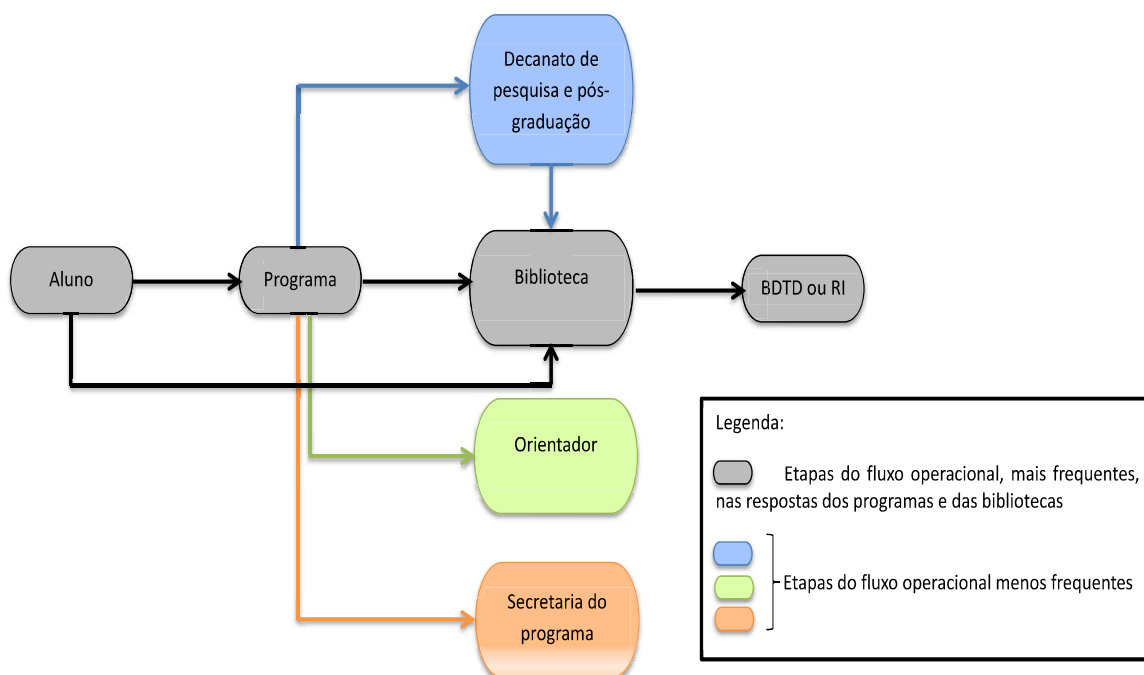


Fonte: O autor (2014).

Analisando as respostas fornecidas pelos programas de pós-graduação e pelas bibliotecas universitárias, as etapas do fluxo operacional de depósito das teses e dissertações

mais frequentes, são as seguintes: Entrega da tese e/ou dissertação pelo aluno ao programa de pós-graduação, que envia cópia impressa e mídia digital à biblioteca; a biblioteca realiza o processamento técnico da cópia impressa e a disponibilização do conteúdo digital na BDTD ou repositório institucional. Vale destacar que nenhum dos programas considerou como etapa do fluxo operacional de depósito das teses e dissertações, a disponibilização de seus conteúdos na BDTD ou RI.

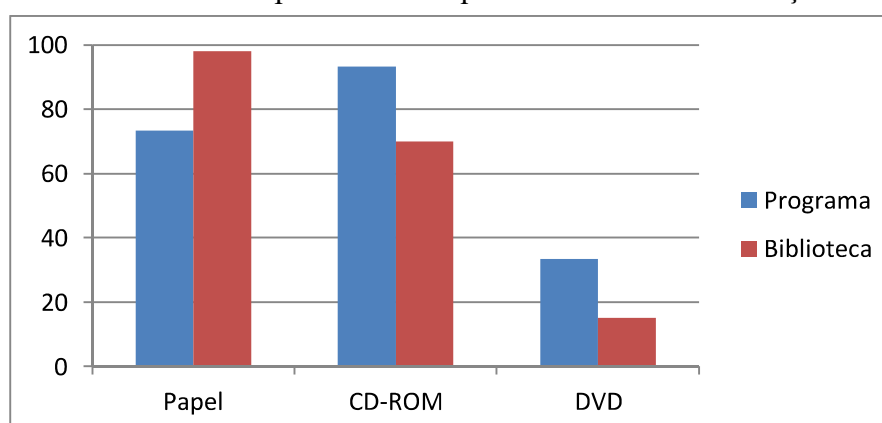
FIGURA 1: Fluxo operacional das teses e dissertações



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

O suporte mais frequente das teses e dissertações recebidas pelas bibliotecas é o papel (98%), seguido do CD-ROM (70%) e DVD (15%). Os programas informaram que o suporte mais frequente das teses e dissertações recebidas por eles é o CD-ROM (93,3%), seguida do suporte papel (73,3%) e DVD (33,3%).

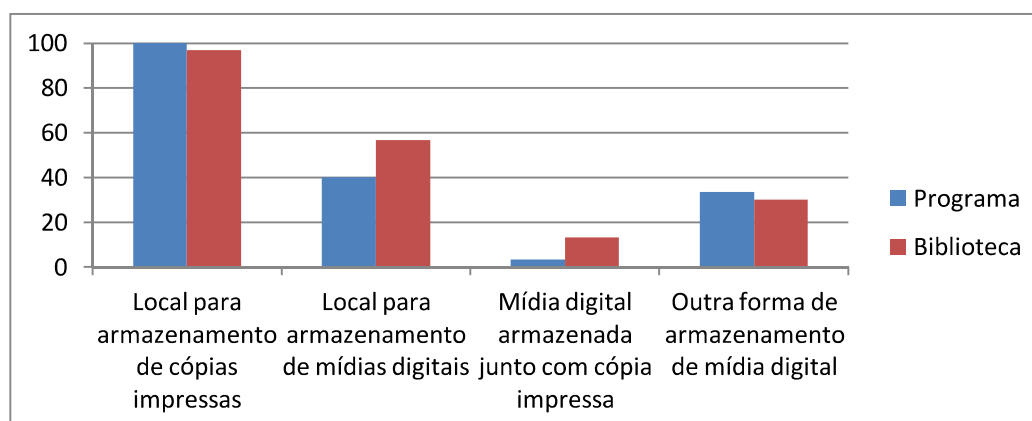
GRÁFICO 2: Suporte mais frequente das teses e dissertações



Fonte: O autor (2014).

Em relação ao armazenamento, 100% dos programas e 97% das bibliotecas informaram possuir coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e dissertações impressas. Em relação à mídia digital, 56,7% das bibliotecas e 40% dos programas informaram possuir local específico para armazenamento da mídia digital, 30% das bibliotecas e 33,4% dos programas informaram que o armazenamento da mídia digital é realizado de outra forma, não especificada ou descrita pelos mesmos, 3,3% das bibliotecas e 13,3% dos programas informaram que a mídia digital é armazenada juntamente com a cópia impressa.

GRÁFICO 3: Armazenamento das teses e dissertações

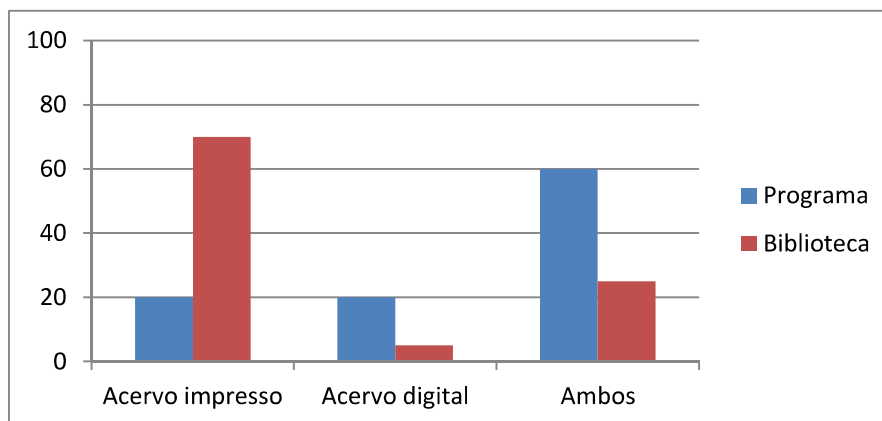


Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Em relação a preservação dos acervos, 66,7% das bibliotecas alegaram realizar preservação na coleção de teses e dissertações, destas 70% realiza preservação apenas no acervo impresso, 5% no acervo digital e 25% no acervo impresso e no digital. Apenas 33,3% dos programas informaram realizar preservação na coleção de teses e dissertações, onde 20% realiza preservação apenas no acervo impresso, 20% no acervo digital e 60% no acervo impresso e no

digital. Em relação à política de preservação, 40% dos programas e 30% das bibliotecas informaram possuir política própria de preservação da coleção de teses e dissertações.

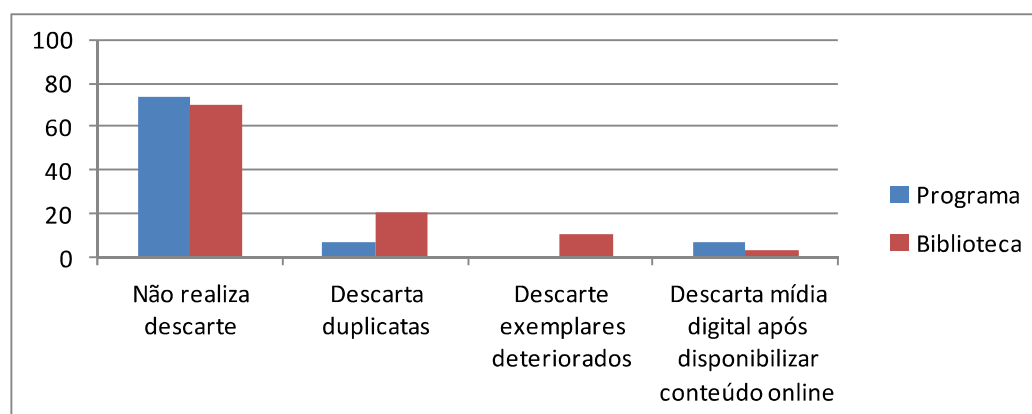
GRÁFICO 4: Preservação das teses e dissertações



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Em relação ao descarte, 70% das bibliotecas não realizam descarte de teses e dissertações, sejam exemplares impressos ou mídia digital; 20% descartam teses e dissertações que possuem duplicatas; 10% descartam teses e dissertações com exemplares deteriorados e 3,3% descarta a mídia digital após a disponibilização do conteúdo online, através da BDTD ou RI. Dentre os programas, 73,4% não realizam descarte de teses e dissertações, sejam exemplares impressos ou mídia digital, 6,65% realiza descarte de teses e dissertações em duplicata, 6,65% descarta a mídia digital após a disponibilização do conteúdo online e 13,3% não souberam informar sobre como era realizado o descarte do material. Cabe destacar que a pergunta permitia múltiplas respostas, tanto no questionário enviado aos programas quanto no enviado às bibliotecas.

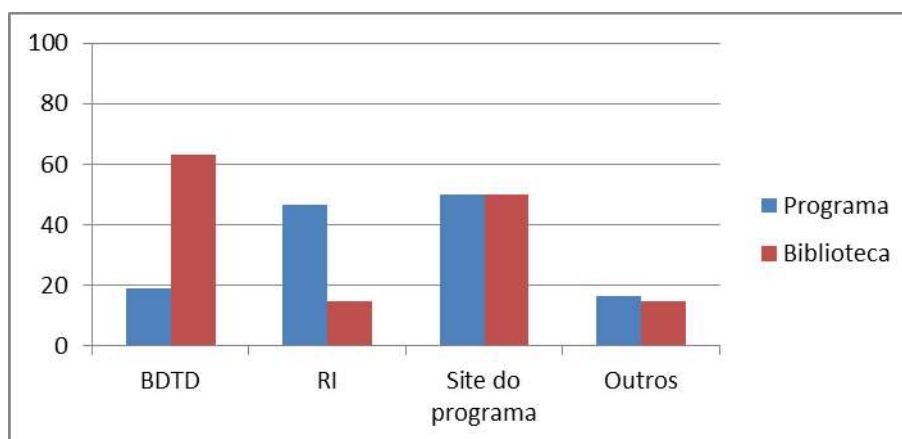
GRÁFICO 5: Descarte de teses e dissertações



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Apesar de todos os programas e bibliotecas permitirem o acesso aos exemplares da coleção de teses e dissertações impressas, 63% das bibliotecas e 33% dos programas informaram que é permitido empréstimo das teses e dissertações. Em relação à divulgação e disponibilização dos conteúdos das teses e dissertações, 63% das bibliotecas e 19% dos programas alegaram que a disponibilização dos conteúdos é realizada através da BDTD local; 46,7% das bibliotecas e 15% dos programas informaram que a divulgação é feita através do RI; 50% das bibliotecas e 50% dos programas responderam que os conteúdos são disponibilizados através do site do programa; e, 16,7% das bibliotecas e 15% dos programas informaram que a divulgação dos conteúdos das teses e dissertações é realizada de outra forma, no entanto, ambos não a especificaram.

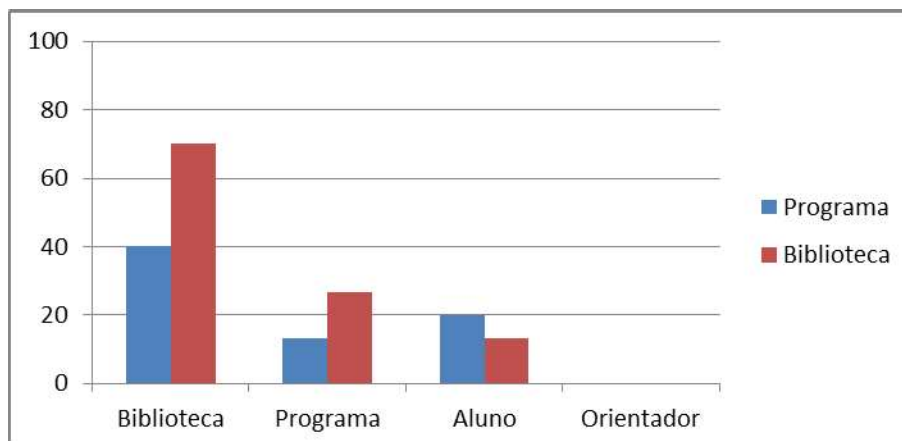
GRÁFICO 6: Divulgação das teses e dissertações



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Quanto ao responsável pela disponibilização dos conteúdos das teses e dissertações na BDTD local ou RI, 70% das bibliotecas e 40% dos programas responderam que o responsável pela divulgação é a biblioteca; 13,3% das bibliotecas e 26,7% dos programas informaram que o responsável é o programa; 13,3% das bibliotecas e 20% dos programas alegaram que o aluno é o responsável pela disponibilização do conteúdo; 3,3% das bibliotecas e 13,3% dos programas não souberam informar que é o responsável; nenhuma biblioteca e nenhum programa respondeu que o orientador é o responsável pela divulgação do conteúdo das teses e dissertações na BDTD ou RI.

GRÁFICO 7: Responsável pela divulgação das teses e dissertações



Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa.

Sobre a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso, 30% das bibliotecas informaram não realizar a divulgação de tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso, no entanto, para que isso ocorra o autor deve declarar a restrição quanto ao conteúdo; 30% responderam que realizam a divulgação parcial, 20% informaram que teses e/ou dissertações com conteúdo sigiloso ficam retidas por determinado período de tempo e depois são disponibilizadas; 10% alegaram que até o momento não recebem nenhuma tese e/ou dissertação com conteúdo sigiloso e, portanto, desconheciam o processo; e, 10% das bibliotecas não responderam a questão. Não foi perguntado aos programas sobre a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso.

4 CONCLUSÕES

Como mencionado, anteriormente, a preocupação com o controle bibliográfico das teses e dissertações era praticamente inexistente até meados da década de 1960, apesar das primeiras iniciativas para regulamentação dos cursos de pós-graduação no Brasil terem ocorrido no início da década de 1950. Após a institucionalização dos cursos de pós-graduação no país, na década de 1960, começaram a surgir, de forma limitada, iniciativas para o controle bibliográfico das teses e dissertações, através da elaboração de catálogos e bibliografias. Dessa forma, os pesquisadores careciam de instrumentos que lhes permitissem conhecimento e acesso a produção técnico-científica de seus pares.

Na década de 1970, como alternativa para garantir o controle bibliográfico das teses e dissertações, a Biblioteca Nacional ficou responsável pelo depósito legal desses documentos. No entanto, o depósito legal de teses e dissertações deixou de ser realizado em 1994, quando foi deliberado, durante o VIII SNBU, que a guarda da produção passaria a ser de

responsabilidade das IES onde o material é produzido. Apesar de a decisão ter disso deliberada há cerca de 20 anos, falta, contudo, lei que a regule ou diretrizes que a padronizem.

A partir da pesquisa documental realizada através da legislação sobre teses e dissertações, objetivo “a”, foi possível verificar que apesar das primeiras iniciativas para controle e divulgação das teses e dissertações terem iniciado em 1960, a primeira lei a tratar do assunto foi a Portaria nº13, de 15 de fevereiro de 2006, da CAPES, instituída aproximadamente 45 anos depois, que determina a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos cursos de pós-graduação reconhecidos. No entanto, apesar da portaria abordar a divulgação e o acesso às teses e dissertações, não menciona a preservação e salvaguarda das mesmas, pressupostos para acesso ao material.

Algumas lacunas foram encontradas na portaria, o que dificultam o seu entendimento, e conseqüentemente, o processo que ela institui. O artigo 1º determina que seja entregue uma cópia impressa das teses e dissertações, sem definir, no entanto, o local onde estas devem ser entregues e armazenadas. Vale ressaltar que, de acordo com as recomendações da UNESCO, quando se objetiva possibilitar o acesso ao material e a sua preservação, o ideal seria a entrega de 2 exemplares, sendo 1 para acesso e o outro para a preservação. Outro ponto que merece destaque é o artigo 5º que torna obrigatória a divulgação de teses e dissertações financiadas com verba pública, seja através de bolsa ou de auxílio concedido ao programa de pós-graduação, no entanto, a portaria não explicita como deve ser realizada a divulgação de teses e dissertações com conteúdo sigiloso.

Em relação às teses e dissertações impressas, destaca-se a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das IFES, aprovada pela Portaria nº 092/2011, de 23 de setembro de 2011, que institui os prazos de guarda dos documentos produzidos pelas IFES. A Tabela de Temporalidade determina que as teses e dissertações são documentos de guarda permanente, e não devem ser descartados. Ressaltamos a inexistência de lei ou diretrizes que ratifique o instituído pela tabela de temporalidade.

Como observações decorrentes do nosso objetivo “b”, constatamos que apesar da maioria dos programas de pós-graduação e das bibliotecas universitárias assinalarem a existência de norma institucional que regule a entrega obrigatória das teses e dissertações impressas e digitais, poucos conhecem a legislação sobre teses e dissertações. Constatamos, ainda, que apesar da entrega de exemplares impressos e digitais ser obrigatória, algumas bibliotecas e programas não os recebem. Vale ressaltar que a quantidade de

exemplares recebidos variam tanto nas bibliotecas quanto nos programas, não possuindo, portanto, uma padronização.

As observações decorrentes do nosso objetivo “c”, constatamos que apesar de todas as bibliotecas e programas permitirem acesso aos exemplares impressos das teses e dissertações, o empréstimo dos mesmos não é permitido em parte das bibliotecas e programas. Observamos que a disponibilização dos conteúdos das teses e dissertações digitais é realizada, grande parte das vezes, através dos sites dos programas. Observamos ainda, que poucos programas realizam a divulgação desses conteúdos através da BDTD ou RI, o que pode significar que os programas de pós-graduação das áreas de avaliação Letras/Linguística não estão engajadas para a implementação ou desconhecem as iniciativas oferecidas pelo IBICT, BDTD e RI, para a disseminação das coleções de teses e dissertações.

Como observações decorrentes do objetivo “d”, verificamos que a maioria dos programas e das bibliotecas possuem uma coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e dissertações impressas, enquanto mais ou menos metade dos programas e das bibliotecas possuem uma coleção e/ou espaço específico para armazenamento das teses e dissertações digitais, evidenciando que as teses e dissertações digitais são armazenadas de forma diversa das impressas.

As observações decorrentes do nosso objetivo “e”, verificamos que apesar de grande parte dos programas e das bibliotecas realizarem preservação nas suas coleções de teses e dissertações, poucos possuem políticas de preservação para suas coleções. Essas informações podem demonstrar que as IES brasileiras têm dificuldades para assegurar a preservação e salvaguarda das teses e dissertações. Verificamos, ainda, que os programas e bibliotecas realizam descarte das teses e dissertações, demonstrando que tanto os programas quanto as bibliotecas desconhecem a Tabela de Temporalidade e a determinação de que teses e dissertações são documentos de guarda permanente, e, portanto, não devem ser descartados.

Em nosso objetivo “f”, observamos que o *modus operandi* mais recorrente do fluxo de depósito e guarda/preservação das teses e dissertações nas universidades brasileiras é o seguinte: Entrega de cópia impressa e mídia digital da tese e/ou dissertação pelo aluno ao programa de pós-graduação, que envia cópia impressa e mídia digital à biblioteca; a biblioteca realiza o processamento técnico da cópia impressa e a disponibilização do conteúdo digital na BDTD ou repositório institucional. Vale destacar que o fluxo de depósito e guarda não considera o tratamento e guarda do exemplar em mídia digital.

Os resultados da pesquisa demonstram a falta de conhecimento da legislação sobre teses e dissertações e a falta de padrão nas práticas de depósito das teses e dissertações,

dificultando a preservação e acesso aos seus conteúdos. As práticas de depósito de teses e dissertações realizadas pelas IES brasileiras não contribuem para a sistematização e acesso dessas coleções no país de forma permanente. Sendo assim, a produção fica dispersa, o que prejudica a comunicação científica, uma vez que o acesso a esses conteúdos é prejudicado.

Evidencia-se a necessidade de desenvolvimento de política nacional, que poderia ser elaborada pelo CBBU, para depósito legal e controle bibliográfico das teses e dissertações, a exemplo da legislação portuguesa, que considera que esses documentos representam papel importante no patrimônio cultural e científico. Essa política permitiria a padronização dos processos de preservação e acesso à produção de teses e dissertações nas IES brasileiras. A política permitiria, ainda, a melhor divulgação dos conteúdos das teses e dissertações, o que permitiria acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos programas de pós-graduação, bem como, verificar os rumos da ciência, tecnologia e inovação no país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria do R. G. **Literatura cinzenta**: teoria e prática. São Luiz : Edições UFMA, 2000.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Portaria nº 092/2011**, de 23 de setembro de 2011, institui a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/media/ifes_codigo_e_tabela_temporalidade/portaria_n0922011_tabela_de_temporalidade_e_destinacao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. **Estatísticas da pós-graduação**. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1977)**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985)**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989)**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005-2010)**. Brasília, DF : CAPES, 2005a.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020)**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria n. 13, 15 de fevereiro de 2006**. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua organização com a escola média e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 1 jul. 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920**. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=48093>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 set. 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946**. Aprova o Estatuto da Universidade de Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21321-18-junho-1946-326230-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 set. 2013.

CALAZANS, Angélica T. S. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. In: MUELLER, Suzana P. M. (org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 39-62.

CAMPELLO, Bernadete S. Teses e Dissertações. In: CAMPELLO, Bernadete S.; CEDON, Beatriz V.; KREMER, Janete M. (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 121-128.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer nº 977, de 03 de dezembro de 1965. Definição dos cursos de pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 30, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

GOMES, Sandra L. G; MENDONÇA, Marília A. R.; SOUZA, Clarice M. de. Literatura cinzenta. In: CAMPELLO, Bernadete S.; CEDON, Beatriz V.; KREMER, Jeannette M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 97-103.

GUÉDON, Jean-Claude. Acesso aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: FERREIRA, Sueli Mara; TARGINO, Maria das Graças. **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: Ed. Senac, 2010. p. 21-77.

LINE, Maurice B. Social science information: the poor relation. **IFLA Journal**. Den Haag. v. 26, n. 3, p. 177-179, 2000. Disponível em:< <http://ifla.queenslibrary.org/VII/d2/inspel/99-3libm.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2014.

MARTINS, Gilberto de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, Clarissa E. B. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana A. (org.). **Educação superior no Brasil**. Brasília, DF : Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

OLIVE, Arabela C. História da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana A. (Org.). **Educação superior no Brasil**. Brasília, DF : Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 31-42.

POBLACIÓN, Dinah A. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 243-246, set./dez. 1992.

SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 8., Campinas. **Anais...** Campinas, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.